



territórios negros

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

ano 9 • nº 37 • jan./fev./mar. 2009

editorial

A tarefa de resenhar as principais notícias dos meses anteriores de forma a oferecer sínteses delas às comunidades quilombolas tornou-se cada vez mais difícil. O crescimento do número de notícias e a generalização do acesso das próprias comunidades à internet nos levaram a uma reflexão sobre a forma e o conteúdo deste informativo.

O grande crescimento do número de notícias é reflexo principalmente de dois fatores: a expansão das políticas públicas voltadas para estas populações nos três níveis da administração - federal, estadual e municipal - e a explosão dos debates em torno da regularização territorial destas comunidades, que tem mobilizado o executivo, o parlamento e o judiciário, tendo chegado ao Supremo Tribunal Federal.

Acompanhando tal crescimento, a tarefa de oferecer simples sínteses de notícias de eventos e controvérsias que envolvem grande número de agentes e agências tornou-se mais complexa. Enquanto, por outro lado, é cada vez mais evidente a existência de uma camada de lideranças quilombolas jovens e escolarizadas que demanda não mais apenas sínteses de notícias, mas a análise destas.

Assim, é o próprio amadurecimento do campo que nos exige uma adaptação do formato inicialmente proposto.

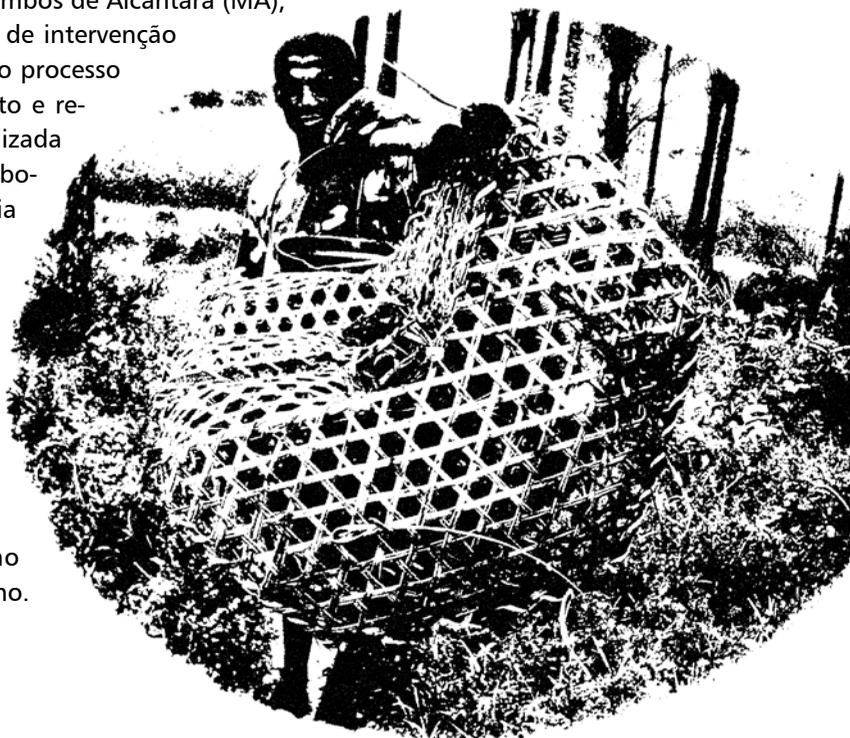
A nossa seção Notícias continuará oferecendo a seleção das mais relevantes do período e sua organização por estados, mas reduzindo ao mínimo os seus resumos, de forma a abrir espaço para aumentar o número de notícias selecionadas e para introduzirmos um ou dois breves textos analíticos. Por outro lado, na apresentação das notícias acrescentamos a indicação de sua data de publicação no site do Observatório Quilombola como ferramenta para que o leitor busque a sua versão completa.

Eventualmente, em função do acúmulo de notícias sobre o mesmo tema, abriremos espaço para blocos temáticos que, neste número, falam sobre as ações de reconhecimento e regularização fundiária e sobre a presença dos quilombos em mobilizações mais amplas de outros movimentos sociais.

Nesta edição, o nosso texto analítico, que busca apresentar uma síntese reflexiva de um dos assuntos de destaque do período, fala sobre a reprodução, no caso dos quilombos de Alcântara (MA), da mesma lógica de intervenção e impedimento do processo de reconhecimento e regularização já utilizada contra os quilombolas da Marambaia (RJ), revelando um padrão.

As demais partes do informativo, Um Pouco de História, Um Território e Fala Quilombola permanecem no mesmo formato e tamanho.

Boa leitura



• NACIONAL

A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO SENADO

A senadora Marina Silva (PT-AC) pediu um amplo debate no Congresso Nacional sobre a medida provisória que trata da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras da União na Amazônia Legal (MP 458/09). A MP exclui da regularização fundiária as áreas tradicionalmente ocupadas por população indígena, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Fonte: Brasília em Tempo Real (OQ em 18/02/2009); Agência Senado (OQ em 20/02/2009)

A OIT E AS DENÚNCIAS

A Comissão de Especialistas na Aplicação de Convênios e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou no dia 18 de fevereiro suas observações sobre a comunicação da Central Única dos Trabalhadores, em representação a diversas organizações quilombolas do país, sobre a aplicação dos direitos com relação aos quilombolas, previstos na Convenção 169.

Fonte: COHRE Litigation Programme (OQ em 18/02/2009)

CENTROS DE INTEGRAÇÃO FEDERAL

Tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte projeto que autoriza o Poder Executivo a criar Centros de Integração Federal em todas as comunidades quilombolas do país. Os estabelecimentos terão como objetivo fornecer ensino básico, fundamental e tecnológico. A proposta é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS).

Fonte: Agência do Senado Federal (OQ em 18/02/2009)

MEMÓRIA QUILOMBOLA E INDÍGENA

De acordo com o futuro presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Nascimento Júnior, uma das prioridades da autarquia será atender o “desejo de memória” da população, com a criação de museus em favelas, áreas quilombolas e indígenas.

Fonte: Difusora 1340 (OQ em 23/1/2009)

• NOS ESTADOS

AP - CONAQ/AP DISCUTE POLÍTICAS PÚBLICAS

A Conaq do Amapá reuniu-se com as 32 comunidades afrodescendentes do estado para discutir as políticas realizadas pelo poder público nos últimos anos e preparar um relatório de ações para 2009.

Fonte: Portal Amazônia (OQ em 26/1/2009)

TO - INCRA NA COMUNIDADE DO GROTÃO

Depois de ter sido despejada e passar três meses alojados numa quadra esportiva no município de Filadélfia, a comunidade quilombola do Grotão pôde retornar ao território que ocupam há cerca de 200 anos. A Vara Cível da Comarca de Filadélfia promoveu uma conciliação que permitiu que as 31 pessoas da comunidade retornassem às suas terras. A conciliação entre os quilombolas e o casal que pleiteia a posse da área, se deu mediante o processamento de uma demarcação provisória por parte do Incra. A demarcação foi concluída no dia 31 de dezembro de 2008, mas a comunidade só conseguiu chegar ao território oito dias depois. O

Incra já enviou para o quilombo do Grotão um antropólogo para dar início ao estudo de campo. O processo de titularização do Grotão está em tramitação no Incra desde 2007.

Fonte: Repórter Brasil (OQ em 4/2/2009); Portal Stylo (OQ em 13/2/2009)

PA - COMUNIDADE PODE SER ENGOLIDA PELO RIO AMAZONAS

Pelo menos 19 casas da comunidade quilombola de Arapemã, localizada em uma ilha do rio Amazonas, próxima a Santarém, correm o risco de serem levadas pela água. Com o início do período das cheias, o fenômeno conhecido como “terra caída” se intensifica: as águas dos rios derubam barrancos e levam tudo o que esteja próximo deles.

Fonte: Globo Amazônia (OQ em 10/12/2008)

PA - MPF E CONFLITO EM MARAJÓ

O MPF no Pará ajuizou ação civil pública com pedido de liminar para impedir o fazendeiro Liberato Magno da Silva Castro de invadir terras quilombolas que ficam entre os Igarapés Murucutu e Caju, em Cachoeira do Arari, na ilha do Marajó, há 75 quilômetros de Belém. Para o MPF, por se tratarem de terras de quilombo em processo de reconhecimento pelo governo federal, a Justiça Federal deve obrigar o fazendeiro a se retirar imediatamente.

Fonte: Procuradoria da República no Pará (OQ em 23/1/2009)

PI - FESTIVAL DA UVA REÚNE QUILOMBOLAS E ASSENTADOS

Dentro das ações das diversas instituições do setor produtivo

que participaram da I Festa da Uva, entre os dias 29 de janeiro e 1º de fevereiro, no município de São João do Piauí, o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí mostrou o trabalho que vem sendo desenvolvido junto às comunidades quilombolas daquela região com o aproveitamento integral do umbu. A programação contou com a apresentação de palestras, passeios, oficinas de música, dança, teatro e shows musicais, entre outras.

Fonte: Portal 45 graus (OQ em 30/1/2009);
Jornal Cidade Verde (OQ em 26/1/2009)

PI - MULHERES QUILOMBOLAS EXPÕEM EM FEIRAS

Um grupo de mulheres da comunidade quilombola Tapuio, município de Queimada Nova, localizado a 520 quilômetros de Teresina, vem se destacando nas feiras de exposições das quais participam. Elas fazem parte do grupo de mulheres quilombolas de produção de sabonete de aroeira que encontrou na atividade um meio para aumentar a renda da família, da comunidade e uma distração para a vida.

Fonte: Portal 180 graus (OQ em 26/1/2009)

PE - NOVOS PONTOS DE CULTURA

Seis entidades que trabalham com quilombolas de Pernambuco foram eleitas Pontos de Cultura e assim receberão verbas para manter suas atividades.

Fonte: Noticiário Executivo (OQ em 3/12/2008)

PE - JORNADA EMPREENDEDORA NA ILHA DO MASSANGANO

Entre os dias 1º e 5 de dezembro, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

RECONHECIMENTO E REGULARIZAÇÃO

A Fundação Cultural Palmares publicou no D.O.U. uma portaria que reconhece mais 37 comunidades remanescente de quilombos, espalhadas por dez estados. Com isso sobe para 1.289 o total de comunidades já reconhecidas pela FCP. Porém, segundo um levantamento do Ministério da Cultura, existem cerca de 3.524 comunidades quilombolas em todo o país, restando cerca de 2.235 por serem oficialmente reconhecidas.

Das 37 comunidades quilombolas certificadas nove estão na Bahia e 14 no Maranhão. Os estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul tiveram três comunidades certificadas cada um e os de Minas Gerais e de Pernambuco, duas. Goiás, Ceará, Rio de Janeiro e Tocantins tiveram uma comunidade reconhecida em cada estado. A seguir transcrevemos informes publicados sobre algumas dessas comunidades:

- Um dos territórios reconhecidos, o quilombo Salamina Putumuju, situado no município de Maragogipe, na região do Recôncavo Baiano, conta com 40 famílias em um território de 2.061 hectares.
- No estado de São Paulo foram reconhecidas as comunidades quilombolas de Ribeirão Grande-Terra Seca, localizada no município de Barra do Turvo, e Ivaporunduva, ambas na região do Vale do Ribeira. Ribeirão Grande-Terra Seca é formada por 77 famílias, que vivem em dois bairros rurais às margens dos rios Turvo e Ribeirão Grande. Ivaporunduva encerra uma espera de 14 anos para que a Justiça desse um parecer favorável

ao seu reconhecimento. De acordo com o MPF, o Incra tem agora prazo de 30 dias para fazer o registro imobiliário das suas terras.

- No estado do Pará, o Governo do Estado entregou mais seis títulos de terra para comunidades remanescentes de quilombos nos municípios de Moju, Mocajuba e Abaetetuba, beneficiando um total de 595 famílias, numa área aproximada de 21.005 hectares de terra.
- Em Sergipe, o governo brasileiro reconheceu a área de 1.263 hectares da comunidade quilombola Lagoa dos Campinhos. No município de Brejo Grande, o MPF e o Incra reiniciaram o trabalho para identificar e delimitar a área quilombola Brejão dos Negros, que tem hoje 277 famílias cadastradas.
- Na região de Canoas, no Rio Grande do Sul, um pedaço de terra de 22 metros quadrados da família Jesus está desde 2008 em processo administrativo para reconhecimento como território quilombola junto ao Incra.
- No estado de Alagoas a comunidade de Filús, localizada no município de Santana do Mundaú, foi reconhecida como comunidade quilombola, elevando para 23 os registros no estado.
- Localizada a 108 quilômetros do município de São Miguel do Guaporé, no coração da Amazônia de Rondônia, a Comunidade de Jesus foi a primeira a ser reconhecida pelo Incra como remanescente de quilombo no estado. O quilombo tem mais de 5 mil hectares e cerca de 50 pessoas ocupam a área.

(Sebrae) realizou em Petrolina, no Sertão do São Francisco, a primeira Jornada Empreendedora Ambiental. O objetivo da iniciativa é capacitar os descendentes de quilombolas da Ilha do Massangano para o mundo dos negócios com foco no ecoempreendedorismo e na geração de emprego e renda.

Fonte: Portal 360 graus.com (OQ em 2/12/2008)

PE - CONAQ SE REÚNE EM OLINDA

Entre os dias 10 e 12 de dezembro a CONAQ reuniu, no Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), em Olinda, as lideranças quilombolas de várias regiões do Brasil para fazer um balanço da conjuntura em relação aos direitos quilombolas no país e planejar as ações do primeiro trimestre de 2009.

Fonte: CCLF (OQ em 12/12/2008)

AL - GERÊNCIA DE QUILOMBOLAS FAZ BALANÇO DE 2008

A Gerência do Núcleo de Quilombolas do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (Iteral) fez um balanço positivo das ações realizadas em 2008. Neste ano, foram visitadas 30 comunidades remanescentes de quilombos ainda não certificadas oficialmente para a elaboração do Mapeamento das Comunidades Quilombolas do estado, ainda em fase parcial. A Iteral fechou ainda parceria com a prefeitura de Senador Rui Palmeira, no Sertão do estado, para a execução de ações nas comunidades rurais, incluindo a comunidade quilombola Serra dos Cocos.

Fonte: Jornal A Gazeta (OQ em 23/1/2009);
Jornal Primeira Edição (OQ em 4/2/2009)

SE - NOVAS MORADIAS PARA TRÊS COMUNIDADES

Em 2009, o Programa Casa Nova Vida ampliará a atuação nas áreas quilombolas do estado. Estão previstas a construção de centenas de casas que beneficiarão outras três comunidades quilombolas reconhecidas.

Fonte: Informe Sergipe (OQ em 3/12/2008)

BA - AUDIÊNCIA PÚBLICA NA RESERVA EXTRATIVISTA DO IGUAPE

No dia 11 de dezembro, pescadores e marisqueiras da Reserva Extrativista Marinha do Iguape participaram de audiência pública convocada pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal. Estiveram presentes representantes das diversas comunidades pesqueiras da Resex, incluindo comunidades quilombolas.

Fonte: Movimento dos Pescadores da Bahia (OQ em 12/12/2008)

BA - CAPACITAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Para envolver as comunidades que vivem na bacia hidrográfica do Rio Corrente em ações de preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, uma equipe do Instituto de Gestão das Águas e Clima está realizando a segunda etapa do Programa Agentes Voluntários das Águas. O programa conta com a participação de representantes de 16 comunidades tradicionais, como quilombolas, fundo de pasto, feixes, brejeiros, entre outras, de localidades como Santa Maria da Vitória, Correntina e São Félix do Coribe.

Fonte: A Voz da Região (OQ em 10/12/2008)

BA - AMEAÇAS DE FAZENDEIROS EM SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU

A comunidade de São Francisco do Paraguaçu tem sido vítima dos mais violentos ataques desde que foi reconhecida como comunidade remanescente de quilombo. No mês de dezembro de 2008 sofreram a perda de duas lideranças locais: Sr. Altino da Cruz, de 60 anos, e D. Maria - fundadora da Associação quilombola. Entidades do movimento negro e movimentos sociais realizaram no dia 27 de novembro, em Salvador, um encontro de solidariedade à comunidade, com o objetivo de divulgar os conflitos que os quilombolas enfrentam e a luta para obter o reconhecimento e a titularidade de suas terras. Uma comissão formada por quilombolas, advogados e colaboradores da comunidade esteve no dia 15 de janeiro de 2009 na FCP para denunciar abusos e ameaças que fazendeiros da região vêm praticando contra a população local.

Fonte: Instituto Búzios (OQ em 11/12/2008);
Movimento dos Pescadores e Quilombolas do Recôncavo (OQ em 19/12/2008); Informe Palmares, n.41 (OQ em 30/1/2009)

MS - APOIO DO GOVERNO ÀS COMUNIDADES

O governo do estado tem trabalhado em parceria com o movimento negro de Mato Grosso do Sul na realização de obras e melhorias nas comunidades quilombolas. Dois centros comunitários já estão prontos nas comunidades Desidério Filipe de Oliveira (Picadinha) e Família Quintino, e 150 casas populares estão sendo construídas em oito comunidades.

Fonte: Pantanal News (OQ em 23/1/2009)

AM - LUTA POR ÁREA NO PARQUE NACIONAL DO JAÚ

Considerado Patrimônio Mundial pela Unesco desde 2000, o Parque Nacional do Jaú, no Amazonas, virou motivo de discórdia entre ambientalistas e quilombolas. Enquanto o Instituto Chico Mendes bate o pé para manter sua área, uma comunidade quilombola que habita o local, apoiada pelo Incra, reivindica 30% de sua extensão.

Fonte: Consultor Jurídico (OQ em 27/1/2009)

GO - SECRETARIA INSTALA COMITÊ GESTOR QUILOMBOLA

Foi instalado no dia 5 de fevereiro, pela Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (Semira), o Comitê Gestor das Comunidades Quilombolas do Estado de Goiás. O objetivo é facilitar e propor ações de governo destinadas ao atendimento das necessidades das comunidades quilombolas.

Fonte: Goiás Agora (OQ em 3/2/2009 e 12/2/2009)

MG - DEBATE SOBRE ENTRAVES NA REGULARIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

Durante o III Encontro das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais, os trâmites legais para titulação de áreas quilombolas, as demandas e reivindicações das comunidades foram os temas abordados. O Incra participou em palestra sobre a regularização das terras quilombolas no estado. Atualmente, há 98 processos de regularização

QUILOMBOS E MOVIMENTO SOCIAL

- Entre os dias 13 e 15 de janeiro, a FCP realizou a Oficina Preparatória para os Conselheiros Representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais. A Oficina reuniu governo e sociedade civil para debater a segurança alimentar das comunidades negras e povos e comunidades tradicionais. A FCP pretende assim preparar os povos e comunidades tradicionais para a participação em outras duas oficinas importantes: a oficina para a regulamentação e institucionalização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), prevista para fevereiro, e a de elaboração e implementação da política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, prevista para março.
- Mais de 50 movimentos sociais, centrais sindicais, organizações de estudantes e entidades da sociedade civil assinam documento com propostas para o governo federal diante da crise econômica mundial. Um dos pontos trata da garantia aos territórios e a integridade física e cultural de remanescentes de quilombos.
- Foi lançada na V Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, realizada entre os dias 26 e 30 no Rio de Janeiro, a Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta. O lançamento reuniu trabalhadoras rurais, quebradeiras de coco, quilombolas, extrativistas da Amazônia e camponesas, público-alvo da campanha. A Central de Atendimento à Mulher passará a identificar eletronicamente se as chamadas têm origem em áreas urbanas ou rurais a partir de 2009.
- Os quilombolas estiveram em destaque na edição 2009 do Fórum Social Mundial (FSM), realizado entre 27 de janeiro e 1º de fevereiro. Cerca de 700 quilombolas do Pará e de outros estados eram esperados, mas segundo números divulgados pelo comitê organizador, eles chegaram a 1400 participantes. Eles estiveram em diversas mesas de debate e possuíam uma tenda específica para discutir a questão do negro. No dia 30 de janeiro foi realizada uma mesa redonda reunindo lideranças quilombolas do Pará, representantes de comitês gestores do Programa Brasil Quilombola, comunidades quilombolas e FCP. As comunidades quilombolas da Região do Baixo Parnaíba maranhense marcaram sua presença no FSM no Seminário "Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos no Baixo Parnaíba Maranhense - O impacto do Agronegócio nas Comunidades Tradicionais do Maranhão".
- Entre os dias 5 e 6 de dezembro foi realizada a II Conferência Estadual de Promoção à Igualdade Racial, na cidade de Cuiabá. No encerramento foram eleitos delegados para a II Conferência Nacional de Promoção à Igualdade Racial (Conapir).
- Está marcado para os dias 16 e 18 de fevereiro o 1º Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado de Rondônia. O 1º encontro tem como meta a construção de uma agenda propositiva com o estado em busca de políticas públicas efetivas que atendam as necessidades dos povos tradicionais e das minorias.

instaurados na Superintendência Regional do Incra em Minas Gerais. O evento aconteceu entre os dias 28 e 30 de novembro.

Fonte: Farol Comunitário (OQ em 2/12/2008)
DUAS VEZES

MG - AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE MORADORES DA RESERVA DA MATA ESCURA

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizou audiência pública para discutir a situação de moradores da reserva biológica da Mata Escura. As famílias querem discutir uma forma de permanecer no local, já que estão na expectativa de serem desalojadas. Entre eles, estão pelo menos 15 famílias de remanescentes quilombolas.

Fonte: Portal da Câmara (OQ em 19/12/2008)

MG - VALE DO JEQUITINHONHA NO PROJETO PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA

Comunidades quilombolas dos municípios de Chapada do Norte, Berilo e Francisco Badaró, no Vale do Jequitinhonha mineiro, serão beneficiadas com a construção de 300 barraginhas para a captação da água das chuvas e um lago de múltiplo uso, que será usado como criatório de peixes e para a irrigação de hortas comunitárias.

Fonte: Portal Fator Brasil (OQ em 13/2/2009)

ES - CRIADO O COMITÊ GESTOR DO BRASIL QUILOMBOLA

A Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo instalou o Comitê Gestor Estadual do Programa Brasil Quilombola. O Comitê foi estabelecido durante a realização do II Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito

Santo - Territorialidade, Direito e Políticas Públicas.

Fonte: Gazeta Online (OQ em 19/12/2008)

ES - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MONTE ALEGRE

Um passeio étnico, cultural e ambiental. Assim pode ser definida a visita a Comunidade Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim, reconhecida como remanescente de quilombo em 2005. Lá está sendo desenvolvido um projeto que possibilita o desenvolvimento do turismo na região, aumentando a renda dos quilombolas e agregando valor à oferta de produtos e serviços. Os quilombolas estão preparados para receber e apresentar aos turistas o seu artesanato, gastronomia e expressões das suas tradições e do seu estilo de vida.

Fonte: Jornal O Estado de São Paulo (OQ em 26/1/2009); Jornal Folha do ES (OQ em 26/1/2009)

RJ - I REUNIÃO REGIONAL DO FÓRUM VOZ DOS POVOS EM ANGRA

Foi programada para o dia 9 de fevereiro a reunião Regional da Costa Verde do Fórum Intersetorial Voz Aos Povos Quilombolas, Assentados e Acampados Rurais, Indígenas e Pescadores Artesanais. O local escolhido para a reunião foi a Comunidade Quilombola de Santa Rita do Brachuy, em Angra dos Reis.

Fonte: Comunicação direta (OQ em 6/2/2009)

SP - QUILOMBOS SELECIONADOS EM PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL

Os quilombos Morro Seco, Mandira, São Pedro e Pedro Cubas, localizados no Vale do Ribeira, tiveram seus projetos de

Promoção da Continuidade das Culturas Tradicionais selecionados pelo Programa de Ação Cultural, desenvolvido pela Secretaria de Cultura do Estado. Cada comunidade receberá o prêmio de R\$ 18 mil para executar os projetos.

Fonte: Boletim Itesp (OQ em 19/12/2008)

SP - PORTO VELHO DESENVOLVE APICULTURA

A comunidade remanescente de quilombo de Porto Velho, localizada em Iporanga, Vale do Ribeira, encerrou, em dezembro passado, o curso básico de apicultura, para 12 participantes – a maioria, jovens de 16 a 21 anos de idade. Porto Velho já é reconhecido pela produção de mel de qualidade.

Fonte: Itesp On Line (OQ em 23/1/2009)

RS - ASSASSINATOS NO QUILOMBO DOS ALPES

Comunidades quilombolas e representantes de entidades e da Câmara de Vereadores protestaram por mais agilidade na investigação da morte de duas lideranças quilombolas, ocorridas no dia 4 de novembro. Os irmãos Joelma e Volmir da Silva Ellias foram assassinados a tiros na área do Quilombo dos Alpes, onde moravam.

Fonte: EcoDebate (OQ em 10/12/2008); Unisinos (OQ em 10/12/2008)

PR - ESTADO INVESTIRÁ EM OBRAS DE SANEAMENTO

Com investimentos do PAC-Saneamento já foram concluídas quatro obras no estado do Paraná. Atualmente 104 obras estão em andamento e 36 em fase de licitação. Os benefícios advindos do Programa governamental chegarão a 16 comunidades quilombolas no estado.

Fonte: Jornal União (OQ em 12/2/2009)

MARAMBAIA, ALCÂNTARA, A SEGURANÇA NACIONAL E O MINISTRO JOBIM

Não bastasse o quadro geral de pouca atividade do Governo na regularização das terras quilombolas e suas concessões aos interesses do DEM e da Frente Parlamentar Agrícola, as realidades da Marambaia (RJ) e de Alcântara (MA) sofrem visíveis retrocessos. Ambas, hoje, estão sob regime de liberdade vigiada e passaram a ser tratadas como obstáculo ao desenvolvimento do país, já que seus territórios são alvos de projetos de envergadura, relacionados a interesses ditos “de Segurança Nacional”. A Marinha se pronunciou em fevereiro sobre a possibilidade de fazer da Ilha da Marambaia uma base de submarinos nucleares e em Alcântara a luta é contra fortes interesses privados e nacionais que envolvem a parceria Brasil/Ucrânia da Cyclone Space (sigla em inglês: ACS) para o lançamento de foguetes na região.

Em novembro de 2008 foi ensaiada uma tentativa de conciliação com o reconhecimento da área quilombola e o repasse de uma área da Aeronáutica para a ACS. No acordo, a ACS ficou impedida de realizar prospecção em solo quilombola. Mas, diferentemente do que pareciam acreditar a Seppir, entusiasmada com o discurso conciliatório do Ministro da Justiça Nelson Jobim, a disputa territorial entre quilombolas e o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) da Agencia Espacial Brasileira (AEB) não foi resolvida. A ACS não apenas quebrou o acordo como desrespeitou a legislação ambiental, abrindo estradas no local.. Ao mesmo tempo, Jo-

bim, o diretor da ACS, Roberto Amaral e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) buscaram atribuir aos quilombolas a responsabilidade pela eventual quebra de contrato entre Brasil e Ucrânia e o freio no desenvolvimento do país.

Outro sinal de que a disputa não se encerrou foi dado em dezembro passado, quando Nelson Jobim entrou com uma Ação de Conciliação na Advocacia Geral da União (AGU) pedindo a revisão da demarcação de Alcântara. A Instrução Normativa do Incra (IN Nº 49, Art. 16, §3º,II) determina que a AGU intervenha em casos onde a divergência é jurídica. Finalmente, no início deste ano, foi a vez do GSI se manifestar contra a demarcação das mesmas terras.

Antes disso, Jobim havia divulgado outro plano de conciliação, entre Marinha e os quilombolas da Ilha da Marambaia. Nele o ministro defendeu a posição da Marinha, prometendo, em troca, melhorias nas condições de vida dos quilombolas, como água, luz, além da construção de novas moradias e a reabertura da Escola de Pesca Darcy Vargas, fechada desde a década de 1960. Uma oferta, portanto, que apenas reconhece aos quilombolas direitos que deveriam ser garantidos a todo cidadão.

Por fim, o ministro Jobim desistiu das Ações Conciliatórias apresentadas a AGU, para apostar em uma solução global para os problemas que vinha administrando em nome dos interesses das forças armadas: a queda do Decreto 4887/2003, por meio

da votação favorável à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI.3230) movida pelo antigo PFL e que está prestes de julgada no STF, onde ele é ex-presidente.

Esta estratégia final, se vitoriosa, anula todas as conquistas parciais dos quilombolas no campo jurídico, além de ameaçar com a anulação todos os processos de regularização montados com base no decreto de 2003.

Por Antonio Carvalho Costa e José Maurício Arruti a partir de notícias publicadas no OQ



Ilha da Marambaia-RJ

A CONVERSÃO DA RAINHA JINGA

Jinga nasceu em Ndongo, na África Central, em 1582. Seu primeiro contato com os portugueses ocorreu em 1622, aos 40 anos, quando foi enviada a Luanda para negociar com eles na qualidade de embaixadora de seu irmão, o chefe de Ndongo.



Do contato com os jesuítas que pregavam em Luanda Jinga converteu-se ao catolicismo e recebeu o nome cristão de Ana de Sousa. Tudo indica que seu batismo foi uma estratégia diplomática para construir relações pacíficas com os brancos, cedendo às crenças místicas destes. Com isso, chegou a firmar um tratado de paz com os portugueses, que insistiam em conquistar seu território, mas que jamais foi cumprido. De volta Ndongo, Jinga abandonou o catolicismo.

Em 1624, seu irmão morreu e acredita-se que tenha sido envenenado por ela. Seu sobrinho foi designado sucessor de seu irmão e Jinga nomeada sua tutora, mas logo em seguida a criança também morreu. Como não havia mais ninguém na linha sucessória, Jinga assumiu a chefia de Ndongo, mas não foi reconhecida pelos portugueses, que apoiaram outro candidato que aceitava a dominação portuguesa, tornando Ndongo uma chefia subordinada a Luanda.

Inconformada, Jinga procurou apoio entre os *imbangalas* também conhecidos como *jagas*. Do contato com os estes, casou-se com um chefe guerreiro e tornou-se sacerdotisa do *maji-a-samba*, cerimônia que envolvia a confecção de um unguento que dava a invencibilidade aos guerreiros e na qual eram feitos sacrifícios humanos. Assim, tornou-se a maior opositora a presença portuguesa na região.

Esbulhada de seus direitos ao trono do Ngondo, Jinga aproveitou sua aliança com os *jagas* e fundou o reino de Matamba. Na chefia da sociedade guerreira até então comandada por homens, Jinga criou um harém de rapazes, praticava a antropofagia e infanticídios. Os portugueses passaram a referir-se à Matamba como um reino de luxúria e perversidades, transformando-o no paradigma da “barbárie” africana.

A paz entre o reino de Matamba e os portugueses só foi possível graças aos missionários capuchinhos que atuavam em Angola e dedicava-se a evangelização dos povos nativos. Contrários ao tráfico negreiro, principal fonte de enriquecimento em África, os capuchinhos se recusavam a possuir escravos e eram adeptos de uma audaciosa política de infiltração nos reinos africanos. Atuação completamente inversa a

dos jesuítas, o que acabou gerando uma forte rivalidade entre as duas ordens missionárias.

A política dos capuchinhos resultou em um dos maiores triunfos missionários e coloniais da África no século XVII: a conversão definitiva da rainha Jinga, inimiga convicta dos europeus, conseguida pelo capuchinho napolitano Antonio Gaeta.

Ao contrário do que havia acontecido durante a sua primeira conversão, realizada pelos jesuítas, nesta segunda conversão, realizada pelos Capuchinhos, Jinga renegou a poligamia, o infanticídio e introduziu em seu povo a adoração ao crucifixo, às procissões, missas, chegando a construir uma igreja de Santa Ana de Matamba.

Com a morte de Jinga em 1663, sua sucessora, “dona Bárbara”, também conhecida como “Mocambo”, não conseguiu manter as práticas católicas e os missionários presentes por muito tempo. Ela morreria logo depois em 1666 e os chefes que assumiram o poder retornaram ao paganismo.

Um dos seus generais, Jinga-Amona, lançou de novo os *jagas* no combate contra os portugueses. Em seguida, a região de Matamba ficou sendo chamada de Jinga. Em 1682, o capitão do navio negreiro *Santo Antonio* e *Almas* transportou 74 soldados e quinze cavalos da Bahia, Brasil, até Luanda para auxiliar as autoridades locais na “guerra da Jinga”. Desse modo, o nome de Jinga perpetuou-se como o de uma guerreira imortal.

A história da rainha Jinga continua viva no imaginário não só da região, como de diversas partes do mundo. A figura da Jinga pagã, da Jinga guerreira contra a tradição dos brancos perpetuou-se na filosofia, na literatura, na religião, nos movimentos negros e feministas. Considerada uma das mais importantes heroínas de Angola, sua história tornou-se popular nos Estados Unidos na década de 1960 onde é considerada heroína das feministas americanas. Muitas meninas foram e continuam sendo batizadas com seu nome, que se tornou sinônimo de resistência.

No Brasil de ontem e hoje o nome de Jinga continua irrompendo nas congadas encenadas nas diversas regiões do país em que o coro celebra a grande guerreira africana. Mas, nesses bailados dramáticos cristianizados, a rainha de Matamba figura sempre como um pólo negativo, a pagã, a guerreira invasora, em oposição a positividade cristã e pacífica do rei do Congo.

Daniela Yabeta
Mestranda em História das Instituições UNIRIO

Bibliografia:

Mello e Souza, Marina de. **A rainha Jinga** – África Central, século XVII. Texto publicado no site da Casa das Áfricas.
ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul – São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pgs. 277-282

um território

PIMENTEIRA

Localizada na zona da mata do Baixo Sul da Bahia, município de Camamu, a comunidade de Pimenteira ocupa suas terras há pelo menos 150 anos. Marilene Santos Silva, nascida e criada no local, diz ouvir dos mais velhos que seus ancestrais habitavam estas terras antes mesmo do fim da escravidão, isto é, antes de 1888.

A vida econômica de Pimenteira é baseada na agricultura familiar do cultivo do cacau, cravo e mandioca e, há 50 anos, também do guaraná, da seringueira, entre outras.

Em fins da década de 1970, quando apareceram alguns supostos donos das terras, a comunidade contava com 208 famílias. Neste período houve confrontos diretos entre a comunidade e estes fazendeiros, o que acarretou a expulsão de parte das famílias da comunidade. Hoje restam apenas cerca de 40 famílias, ocupando um território de aproximadamente cinco mil hectares.

O primeiro apoio para resistir e persistir na luta veio da Pastoral Rural da Diocese Católica de Camamu que, além de somar forças nos enfrentamentos locais, pressionava o governo a buscar uma solução para o conflito. O segundo apoio veio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camamu (STR-Camamu), mas como diz Manoel Luiz, atual presidente, a força do sindicato "não era nem de um terço do que é hoje." A mudança de postura do STR-Camamu e seu fortalecimento só se concretizaram quando lideranças das comunidades assumiram a direção. Hoje a entidade está à frente das lutas das comunidades rurais do município, buscando soluções para os problemas locais, melhoria na qualidade de vida e articulando espaços para que os moradores sejam ouvidos.

Após dois anos de confrontos diretos entre os quilombolas e grileiros - com eventos de enfrentamento de capangas, tentativas de intimidação com documentações forjadas -, em 1981 o governo da Bahia regularizou parte das terras da comunidade de Pimenteira, dando uma trégua aos conflitos. Uma das consequências destes anos de conflitos foi a migração de parte das famílias de Pimenteira para regiões próximas. Em algumas destas regiões as famílias de Pimenteira formaram novas comunidades, como Dandara e Zumbi dos Palmares, que hoje também lutam pela garantia de seus direitos. O exemplo de Pimenteira inspirou outras comunidades em Camamu e municípios vizinhos, mas mesmo com uma associação organizada e atuante os direitos da comunidade

continuam sendo desrespeitados. Atualmente a região de Camamu tem sido beneficiada com projetos de infra-estrutura, como a construção de estradas, poços artesanais e com a incidência de programas sociais do Governo Federal, como o *Luz para Todos*, mas a comunidade de Pimenteira não vem sendo contemplada por tais benefícios.

Em 2008 Pimenteira foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como *remanescente de quilombo*, obtendo instrumentos novos para a luta por seu território e pelo acesso às políticas públicas. A expectativa da comunidade é que o reconhecimento possa levar a uma melhoria da qualidade de vida das famílias e a um novo bom exemplo para as outras comunidades da região.

Ana Gualberto, graduanda em História pela Universidade do estado do Rio de Janeiro, assessora do programa Egbé Territórios Negros de KOINONIA.

Fonte: Entrevistas com Marilene Silva dos Santos, Dona Moça (Virgínia dos Santos) e Manoel Luiz, em novembro de 2008.

Na edição de nº 36 o texto "Zungus e Taguás", da seção Um Pouco de História, foi escrito por Antônio Carvalho Costa – Historiador pela PUC-SP e Assistente do Programa Egbé Territórios Negros de KOINONIA



Dona Moça

Arquivo KOINONIA

conheça

- No dia 30 de dezembro foi publicado no jornal O Diário de Pernambuco o caderno especial "Quilombolas - os direitos negados de um povo". O trabalho mostra a precariedade da vida de cerca de dois milhões de descendentes de escravos e usa como referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- A TV Futura exibiu no dia 1º de fevereiro, o documentário Engenho Novo, sobre a comunidade quilombola Furnas do Dionísio (Jaraguari/MS). O documentário faz parte do projeto Revelando os Brasis. Mais informações: <http://www.revelandoosbrasis.com.br/revelando2>

Fontes: CCLF (OQ em 23/1/2009) e Canal Futura (OQ em 23/1/2009)

fala quilombola



Foto enviada por Elson Alves

Vou falar um pouco da Escola Quilombola e das nossas experiências. O nome é Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa, localizada no município de Eldorado-SP e atende uma população de aproximadamente 420 alunos entre Ensino Infantil, Fundamental e Médio que vivem em seis comunidades quilombolas ao seu redor. A Escola foi fundada em 2005 e é uma conquista dos Quilombos de Ivaporunduva, São Pedro, Galvão, Nhungura, Sapatú e André Lopes, comunidade que cedia a Escola. A luta pela implantação da escola vinha desde 1998, foi uma conquista que exigiu alguns anos de luta.

A insatisfação dos líderes comunitários quilombolas com as escolas tradicionais da cidade era porque a escola não respeitava a cultura dessas crianças; era uma cultura eurocêntrica massificadora que levava os quilombolas a negar a sua identidade. Nos âmbitos escolares das cidades vizinhas os alunos quilombolas eram discriminados tanto pelos seus colegas de turmas que eram na grande maioria brancos, como também por parte dos professores e diretores. Além desses fatores, também havia motivos secundários, como a cidade ficar a 50 km de distância das comunidades; os alunos terem que sair entre 3:30 e 5:00 da manhã dependendo dos lugares; a má qualidade da merenda escolar e do transporte.

A Escola Quilombola tem um caráter diferencial de atendimento, nela as comunidades têm uma participação ativa no planejamento anual da escola, formação de professores e o mais importante: adaptação da grade curricular. Assim todos os professores sendo obrigados a trabalhar em sua disciplina a "verdadeira" história e cultura desse povo, fazendo-se cumprir a lei 10.639 e agora a 11.645, que aborda a história da África e Afro-brasileira, como também a questão indígena. Nessa escola todos os professores têm que apresentar o resultado de seus trabalhos à comunidade. Contudo, a dificuldade dos professores em trabalhar essa temática nas disciplinas ainda é grande, pois eles alegam que não tiveram subsídios em suas formações para atender essa demanda, assim como a falta de investimento do governo para cursos de formação. Entretanto, se esforçam para dar conta de seus trabalhos.

Por Elson Alves, 25 anos, quilombola de Ivapo-

runduva (Vale do Ribeira-SP). Professor e pedagogo, mestrando em Educação: História, Política, Sociedade – PUC-SP, Bolsista IFP do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford. Texto enviado por e-mail a pedido do editor.

siglas usadas nesta edição

- FCP:** Fundação Cultural Palmares
- Incra:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- DOU:** Diário Oficial da União
- MPF:** Ministério Público Federal
- Conaq:** Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- AGU:** Advocacia Geral da União
- STF:** Supremo Tribunal Federal

territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral e destinada à distribuição entre as comunidades negras. Também encontra-se em formato digital no site KOINONIA. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

- Editor:** José Maurício Arruti
- Pesquisa:** Andréa Carvalho, Ana Gualberto, Antonio Carvalho Costa.
- Programação visual:** Cibele Bustamante
- Redação:** Helena Costa e Marcia Evangelista de Souza
- Revisão:** Helena Costa e Márcia Evangelista de Souza
- Secretário-executivo KOINONIA:** Rafael Soares de Oliveira

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço



Rua Santo Amaro, 129 Glória • 22211-230
Rio de Janeiro • RJ
Tel. (21) 3042-6445 Fax (21) 3042-6398



territoriosnegros@koinonia.org.br
oq@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br/oq

Lapf – Laboratório de Antropologia dos Processos de Formação /
Departamento de Educação da PUC-Rio

APOIO



NORWEGIAN CHURCH AID



FORD FOUNDATION



Canadian
International
Development
Agency

Agence
canadienne de
développement
international



The United Church Of Canada
L'Église Unie Du Canada

Esta publicação foi feita com apoio da União Européia. O conteúdo desta publicação é de exclusiva responsabilidade de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Européia